

HABEAS CORPUS Nº 567.630 - PR (2020/0071767-5)

RELATOR : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : RAFFAEL SANTOS BENASSI
ADVOGADO : RAFFAEL SANTOS BENASSI - PR044338
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : LINDAURA COELHO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de pedido liminar deduzido em sede de **habeas corpus** substitutivo de recurso ordinário, impetrado em benefício de LINDAURA COELHO DA SILVA, contra v. acórdão prolatado pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**.

Depreende-se dos autos que a ora paciente teve sua prisão em flagrante convertida em preventiva pela prática, em tese, dos delitos de tráfico de drogas e associação para o tráfico de drogas.

No presente **mandamus**, o impetrante alega, em síntese, a existência de constrangimento ilegal em razão da negativa de substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar, haja vista que a ora paciente é mãe de uma criança menor de 12 anos de idade, bem como por motivo de debilidade por doenças graves.

Sustenta, ainda, que "*Tanto é grave a condição da Paciente. Que a Recomendação n. 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça e a decisão que deferiu a tutela de urgência na ADPF 347, prolatada Min Marco Aurélio do STF, enquadram os Pacientes com diabetes no grupo de risco e maior vulnerabilidade à contaminação pelo vírus Covid-19*" (fl. 14).

Requer, assim, a substituição da prisão preventiva da paciente por prisão domiciliar.

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, no que concerne ao pleito de substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar, **em razão de a ora paciente ser mãe de uma criança menor de 12 anos de idade**, verifica-se que o eg. Tribunal de origem, no ponto, não conheceu do **habeas corpus** por se tratar de reiteração de pedido já analisado por aquela Corte em outros autos. Dessarte, não cabe ao Superior Tribunal de Justiça analisar o tema, sob pena de **indevida supressão de instância**.

Quanto ao indeferimento, pelo eg. Tribunal **a quo**, do pedido de substituição da prisão preventiva da paciente por prisão domiciliar, **por motivo de grave doença**, tenho que o v. acórdão está suficientemente fundamentado, porquanto não demonstrada sua debilidade extrema, tampouco a impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra.

Nesse sentido:

"[...]

SUBSTITUIÇÃO DA SEGREGAÇÃO PREVENTIVA PELA DOMICILIAR. GRAVIDADE DO ESTADO DE SAÚDE DO AGENTE E IMPOSSIBILIDADE DE RECEBER TRATAMENTO NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL NÃO COMPROVADAS. NEGATIVA JUSTIFICADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO DEMONSTRADO. RECURSO IMPROVIDO.

1. A prisão preventiva poderá ser substituída pela domiciliar quando o réu, comprovadamente, estiver extramamente debilitado por motivo de doença grave (art. 318, II, do CPP).

2. Não comprovada a impossibilidade absoluta de atendimento das suas necessidades de saúde no estabelecimento prisional, inviável a colocação do recorrente em prisão domiciliar, especialmente em se considerando a gravidade do delito pelo qual é acusado.

3. Recurso improvido" (RHC n. 42.789/PE, Quinta Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe de 20/6/2014).

Por fim, verifica-se, **ao menos neste juízo de prelibação**, que a alegação de que deve ser concedida a prisão domiciliar à ora paciente - em razão de ser diabética e integrar grupo de risco para a COVID-19- sequer foi

analisada pelas instâncias ordinárias, ficando esta Corte Superior impedida de analisar o tema sob pena de incorrer em **indevida supressão de instância**.

Contudo, em razão da situação de emergência na saúde pública, ocasionada pela pandemia do COVID-19, o Conselho Nacional de Justiça - CNJ - editou a Recomendação n. 62/2020, visando a prevenção da disseminação da infecção causada pelo novo coronavírus no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo.

No que concerne às prisões preventivas, assim orientou o CNJ:

"Art. 4º Recomendar aos magistrados com competência para a fase de conhecimento criminal que, com vistas à redução dos riscos epidemiológicos e em observância ao contexto local de disseminação do vírus, considerem as seguintes medidas:

I – a reavaliação das prisões provisórias, nos termos do art. 316, do Código de Processo Penal, priorizando-se:

a) mulheres gestantes, lactantes, mães ou pessoas responsáveis por criança de até doze anos ou por pessoa com deficiência, assim como idosos, indígenas, pessoas com deficiência ou que se enquadrem no grupo de risco;

b) pessoas presas em estabelecimentos penais que estejam com ocupação superior à capacidade, que não disponham de equipe de saúde lotada no estabelecimento, que estejam sob ordem de interdição, com medidas cautelares determinadas por órgão do sistema de jurisdição internacional, ou que disponham de instalações que favoreçam a propagação do novo coronavírus;

c) prisões preventivas que tenham excedido o prazo de 90 (noventa) dias ou que estejam relacionadas a crimes praticados sem violência ou grave ameaça à pessoa; "

Ademais, também ficou consignado na Recomendação n. 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça, que *"o grupo de risco para infecção pelo novo coronavírus - COVID-19-, compreende pessoas idosas, gestantes e pessoas com doenças crônicas, imunossupressoras, respiratórias e outras comorbidades peexistentes que possam conduzir a um agravamento do estado geral de saúde a partir do contágio, com especial atenção pra diabetes, tuberculose, doenças renais, HIV, e coinfeções"* (grifei).

Superior Tribunal de Justiça

Dessarte, vislumbro, na espécie, a presença dos **requisitos autorizadores** da concessão da medida liminar, a saber, **fumus boni iuris** (plausibilidade do direito alegado) e **periculum in mora** (iminência de constrangimento ilegal na liberdade ambulatorial) e entendo que a prisão da ora paciente deve ser imediatamente reavaliada pelo magistrado condutor da ação penal, a qual se encontra tramitando em primeira instância.

Ante o exposto, **concedo a ordem de ofício** para que o d. juízo de primeiro grau **reavalie, de imediato, a prisão preventiva da ora paciente**, nos termos do art. 316, parágrafo único, do CPP, bem como do art. 4º da Recomendação n. 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça, com posterior comunicação a este Tribunal Superior.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas, ao d. Juízo de primeiro grau.

Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. e I.

Brasília (DF), 20 de março de 2020.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator